

Arrocho fiscal extra

Governo eleva meta de superávit do ano para 4,5% e terá de economizar mais R\$ 4,3 bi

Luiza Damé, Flávia Oliveira e Patricia Eloy

BRASÍLIA e RIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu aumentar o superávit primário (receitas menos despesas sem contar o pagamento de juros) de 4,25% para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Isso significa que o governo vai economizar mais R\$ 4,3 bilhões para pagamento dos compromissos da dívida. A decisão foi tomada em reunião com os ministros Antonio Palocci (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil) e Guido Mantega (Planejamento), após uma semana de debate entre as alas desenvolvimentista e econômica do governo.

Tanto Mantega quanto Palocci garantiram que o aumento não implicará corte de investimentos, pois o governo vem arrecadando mais em impostos (há R\$ 12 bilhões a mais programados para entrar no caixa). O novo percentual, segundo Palocci, não precisa ser submetido ao Congresso e o excedente de arrecadação após o arrocho fiscal — calculado em cerca de R\$ 8 bilhões por especialistas — será aplicado em obras de infra-estrutura.

— Há um ambiente muito favorável do ponto de vista do crescimento e houve uma resposta da arrecadação bastante positiva — afirmou Palocci, ao deixar o Palácio da Alvorada no início da noite de ontem.

Segundo Palocci, na reunião de ontem não chegou a ser discutida a meta de superávit para 2005. O tema volta à pauta hoje numa reunião da coordenação de governo.

— Não discutimos o ano que vem porque acabamos de mandar o Orçamento de 2005 para o Congresso. Não seria adequado que o governo, antes de o Congresso debater a proposta orçamentária, introduzisse qualquer mudança. Temos até dezembro para discutir o Orçamento com o Congresso — ressaltou Palocci.

Fazenda defende ajuste maior também em 2005

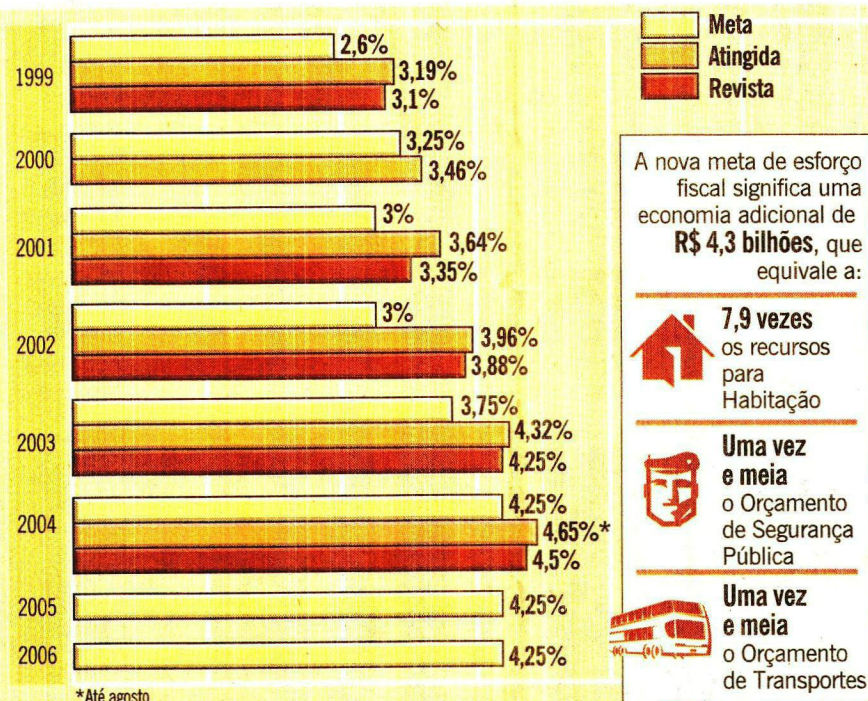
• Mantega informou que o governo vem cumprindo o Orçamento de 2004 e o total de receita está em R\$ 414 bilhões e deverá chegar a R\$ 418 bilhões até o fim do ano. A meta de superávit foi aumentada porque, conforme o ministro, não seria eficiente gastar o excesso de arrecadação sem planejamento.

— Esse dinheiro vai diminuir a dívida, vai ficar na conta. Vai ajudar 2005 — argumentou.

Palocci disse que, com a medida, o governo se prepara para adotar um sistema anticíclico de ajuste fiscal (economizar mais em anos de crescimento acelerado e afrouxar o ajuste em anos de baixo crescimento ou recessão). O ministro negou que o objetivo do aumento do superávit primário seja reduzir a taxa básica de juros (Selic). Nos bastidores, porém, ministros palacianos afirmavam que o ajuste havia sido decidido na semana passada e foi usado como moeda de troca para convencer o Banco Central (BC) a fazer um aumento mais tímido da taxa de juros, que passou de 16% para 16,25% ao ano.

O desafio da equipe econômica agora é

A evolução da economia de gastos



TRADUZINDO O ECONOMÊS

DÍVIDA: Elevando o superávit primário (diferença entre as receitas e despesas do governo, sem contar os gastos com juros), o governo terá mais recursos para abater os juros da dívida interna. Destinando mais recursos para o pagamento da dívida, o governo busca reduzir ou pelo menos evitar que aumente a proporção da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), hoje em 55,3%.

CRÉDITO: Quando essa proporção cai, dá sinais ao mercado de que não há risco de calote e isso serve para melhorar as expectativas em relação à economia. Cai o risco-país, por exemplo, que mede a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil, o que contribui para pressionar menos os juros no mercado interno, e aumenta o crédito externo às empresas, o que pode ter impacto positivo sobre investimentos e o crescimento, a geração de emprego e a renda da população.

CRESCIMENTO X INFLAÇÃO: Por outro lado, quando faz um superávit maior (economia de recursos), o governo também deixa de gastar e investir, e não contribui para aumentar a demanda (procura) por produtos e serviços. Esta é uma forma de não pressionar o aumento da inflação. Quanto existe muita procura por determinado produto e a oferta desse produto não é suficiente, a tendência é que os preços subam. É nesta hora que o Banco Central, que tem uma meta de inflação a cumprir, sobe os juros, como fez semana passada.

JUROS: Se a expectativa de inflação para o ano que vem diminuir, o BC, em tese, não precisaria então elevar muito a taxa de juros. Pois o BC começou a elevar os juros com o mesmo objetivo: encarecer o crédito e diminuir as compras, contendo com isso os aumentos de preços e a inflação prevista para 2005.



ANTONIO PALOCCI (à esquerda) e Mantega anunciam a nova meta: promessa de não cortar investimentos

conseguir implementar um ajuste maior em 2005. Palocci prepara o terreno. Segundo ele, um ajuste fiscal maior se reflete em toda a economia: tem efeitos positivos sobre o Orçamento da União, os investimentos públicos e as decisões de investimentos das empresas e permite que em momentos de maior dificuldade o aperto fiscal seja flexibilizado.

— Se olharmos os últimos 15 anos, o Brasil se apertou mais em momentos de recessão e gastou mais na hora de crescimento. Isso não é um bom procedimento. O esforço que vale a pena é aquele que você faz quando o país está bem — disse.

Economistas de diferentes correntes apoiaram a elevação do superávit. Na interpretação

dos especialistas, o conservadorismo maior na área fiscal permitirá uma política monetária mais branda. Ao economizar mais, o governo deixará de injetar dinheiro na economia, o que levará a um desaquecimento na demanda, diz Julio Callegari, economista da Tendências Consultoria. Assim, o BC poderá calibrar de forma mais suave as pressões inflacionárias, elevando pouco os juros básicos ou mesmo interrompendo a trajetória de alta antes do esperado.

Outro ponto positivo ressaltado pelos economistas é que não seria necessário um esforço de arrecadação adicional para atingir a nova meta. O governo tem folga: o superávit primário é de 4,65% em 12 meses, lembra o economista e especialista em contas públicas Raul Velloso:

— Além disso, esse esforço pode reduzir a taxa de risco do país ao mesmo tempo em que abre espaço para uma taxa de juros mais favorável ao crescimento econômico.

Economistas vêem ameaça ao crescimento

• O brasileiro Albert Fishlow, da Universidade de Columbia (EUA), enxerga no aumento do superávit primário uma oportunidade de o país aumentar a poupança interna e ter mais crédito disponível para o setor privado.

— Todo mundo no Brasil acha que o Estado tem que investir. Sou a favor do Estado como poupador de recursos para aumentar a taxa de poupança doméstica. Com o superávit primário maior e a redução, como consequência, dos juros, o governo terá mais recursos para serem repassados ao setor privado — disse Fishlow em evento anteontem no Rio.

O economista Antonio Carlos Porto Gonçalves, da FGV, vê com ressalvas o esforço maior:

— Pode comprometer a capacidade que temos hoje de crescer de 3,5% a 4% em 2005.

José César Castanhar, professor da Ebape/FGV, compartilha a visão de que a opção do governo por uma política fiscal anticíclica pode limitar o crescimento.

— Essa é uma escolha que não precisaria ser feita se o governo investisse o excesso de arrecadação. Então, não teríamos que nos preocupar com um período de retração. Porém, parece que a Fazenda herdou do governo anterior a visão de que crescer é perigoso. ■

COLABORARAM: Gerson Camarotti e Valdeir Caetano